

# **No tempo da delicadeza: ensaio sobre a suavidade da Imperatriz Dona Leopoldina do Brasil<sup>1</sup>**

Ricardo Japiassu

“A Senhora poderá ir-se embora, seguir este pássaro chamado tempo; então, a Senhora mesma poderá determiná-lo.”

Glória Kaiser

Para Zeca

## **Como a suavidade das cores numa aquarela: infância e juventude**

[...] tais quais dados, que se jogam e cuja sorte ou azar depende do resultado.  
Imperatriz Leopoldina

O que induziria uma princesinha austríaca a pintar, com o tingir suave da aquarela, o seu palácio de verão, Laxenburg? Por que se punha como personagem na obra vestida de branco, junto ao lago? E mais, por que retratou, também, as casas de boneca? Somente o tempo, o refinamento da cultura e o desenrolar do

*Ricardo Japiassu* é jornalista e doutor em Literatura pela Universidade de São Paulo – USP e escritor.

<sup>1</sup> Textorecebido: 03/02/2007.  
Texto aprovado: 12/11/2008.

conhecimento espiritual concedem as respostas necessárias ante a suavidade desenvolvida pela Princesa da Casa da Áustria, num tempo de muita delicadeza. O jornal *Wiener Zeitung*, na sua edição de 25 de janeiro de 1797 anunciava o nascimento de nova arquiduquesa, Carolina Josefa Leopoldina, filha de Maria Teresa e Francisco I. Havia nascido às sete e meia da manhã do domingo anterior, dia 22. Enquanto a mãe, princesa de Nápoles-Sicília era alegre e extrovertida; o pai era mais austero e lacônico; proporcionaram, ambos, uma vida harmônica e alegre aos filhos. Alternavam-se por entre castelos suntuosos: Laxenburg, Hofburg, Schönbrunn e Franzensburg. Por ter dificuldades com a língua alemã, a Imperatriz Maria Teresa costumava manter conversas com os filhos em francês e italiano. Daí o gosto, futuro – desde os onze anos de idade – constatado na epistolografia da futura Imperatriz Leopoldina do Brasil, pelo idioma francês. De espírito aberto, a Maria Teresa Beethoven dedicou *Septeto em mi bemol maior*; e a Haydn, *Missa para Teresa*. E eram recepções, apresentações em teatro, concertos, danças, exposições, tudo para acentuar o refinamento dos herdeiros Habsburg, em meio a muito luxo e a ostentação, privados, entretanto, do contato externo à Corte, exceto às visitas beneficentes.

Com a morte da mãe, a Princesa Maria Ludovica D'Este casa-se com o primo Francisco I, assumindo o papel maternal dos princepezinhos, acentuando o ensino dos seus papéis para o governo centralizador das dinastias conservadoras. Em relação às mulheres, em especial, salientava-se o fato de serem submissas aos maridos, boas mães – com prole numerosa – e tementes ao Deus católico romano. “A educação das arquiduquesas reprimia desde cedo qualquer questionamento de autoridade e das decisões paternas. Nem mesmo cogitavam expressar suas próprias necessidades e desejos,”<sup>1</sup>. No ano do casamento da Princesa Leopoldina, esta contando 19 anos, morre-lhe a madrasta.

<sup>1</sup> BOJADSEN, Angel (Org.). *Cartas de uma Imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p. 67.

Por entre o rigor e a ostentação, Leopoldina foi educada, dispondo de um séqüito somente para si: aia, fogueiras, porteiros, preceptora superior - no caso de Leopoldina, a Condessa Lasanzky - e camareira, esta, Franziska Annonny. A formação intelectual consistia, primeiro, em aulas de leitura, escrita - daí a letrinha linda e mui caprichosa - aritmética, alemão, francês, italiano, dança, desenho e pintura; finalmente história, geografia, música (teoria e instrumento, o cravo, além de canto). Depois, adicionava-se matemática - aritmética e geometria - literatura, física, latim, e, para as meninas, trabalhos femininos, que consistiam nos diversos tipos de bordados e feitura de rendas, entre outros. À Princesa Leopoldina coube, desde tenra idade, a disciplina de ciências naturais, para a qual demonstrou imensa inclinação, sobretudo à mineralogia, zoologia e botânica.

Em 1810, Leopoldina ingressou na Ordem da Cruz da Estrela, fundada em 1662 pela Imperatriz Eleonora von Gonzaga, para conglomerar damas da primeira nobreza. Os participantes teriam, como obrigação, pautar suas vidas pelas virtudes religiosas, venerar a Santa Cruz, e exercer atividades religiosas e caritativas. Receber a comenda significava o passaporte da infância à vida adulta. Neste mesmo período, em companhia da madrasta, bastante debilitada, freqüentaram as estações termais tchecas de Karlovy Vary, quando mantiveram contato pessoal com o poeta romântico alemão Goethe, que também convalescia. Realizava leituras em voz alta, nos sarais da corte austríaca, então deslocada à atual República Tcheca. Por esta época, em que Napoleão já estava deposto da qualidade de senhor da Europa, acontece o Congresso de Viena, realizado de novembro de 1814 a junho de 1815, com a formação da Santa Aliança, reunindo as potências da Rússia, Inglaterra, França e Alemanha, que pretendiam redesenhar as fronteiras do continente, devassadas pelo império napoleônico. Príncipes e reis haviam perdido seus

impérios. Temendo reveses, a Casa de Bragança tratou de assegurar o trono português e, neste sentido, a melhor pedida seria o consórcio do príncipe herdeiro, Dom Pedro, com uma das arquiduquesas. Trata-se de longo intrincado político, elevando, então, o Brasil à qualidade de Reino Unido, juntamente com Portugal e Algarves.

Prometida pela Áustria a Frederico Augusto, sobrinho do sucessor do rei da Saxônia, fora substituída, como em jogo de dados, pela irmã, Carolina, que passa a pertencer à Casa Saxã. Por sua vez, Dom João VI, desejava garantir a segurança interna ante as idéias constitucionalistas em avanço, sobretudo em solo lusitano; restaurar a soberania sobre Portugal e opor-se à influência da Inglaterra, assim, recorre à Corte austríaca, em busca de aliança sólida, isto é, casamento entre herdeiros de duas casas imperiais. Já a Áustria desejava afastar Portugal da órbita da Inglaterra, oferecendo poder Real ao Brasil. O que, de fato, aconteceu, quando Rodrigo Navarro de Andrade – futuro Barão de Vila Seca – e o poderoso Primeiro Ministro da Áustria, Metternich, negociaram o enlace Leopoldina X Pedro. Em fevereiro de 1817, chegou a Viena o Marquês de Marialva, que presenteou Leopoldina, com uma miniatura cravejada de 101 diamantes, contendo, ao centro, o retrato do noivo português. Empolgada, Leopoldina chega a escrever, em carta à irmã Maria Luísa, datada de 14 de dezembro de 1816: “Se estar apaixonada significa não ter outra coisa na cabeça a não ser o Brasil e Dom Pedro, então estou.”<sup>2</sup> E depois: “tão lindo quanto um Adônis [...] fronte grega, sombreada por cachos castanhos, dois lindos e brilhantes olhos negros [...] ele todo atrai e tem a expressão “ eu te amo e quero te ver feliz [...] já estou completamente apaixonada.”<sup>3</sup>

<sup>2</sup> *Idem*, p. 89.

<sup>3</sup> *Idem*, p. 126/7.

## Colorir, em água forte, o Brasil Imperial:

[...]acho que nem pena nem pincel podem descrever a primeira impressão que o paradisíaco Brasil causa a qualquer estrangeiro.

*Imperatriz Leopoldina*

O meu primeiro contato com o universo que povoou a mente e o espírito da primeira Imperatriz do Brasil, Dona Leopoldina, aconteceu em 1995, quando de uma minha visita à Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Após a consulta dos periódicos que circularam na segunda metade do século XIX, sobretudo na Corte, decidi excursionar pela instituição e conhecer outros de seus departamentos. Assim, cheguei ao setor de epistolografia, quando, impávido, ou mesmo absorto, coloquei por sobre as minhas mãos as cartas delicadas e suaves duma aristocrata austríaca. Caligrafia belíssima, papel timbrado e impecavelmente dobrado, maior parte dos textos em língua francesa. Ao deixar o local, guardei aquelas informações comigo e, em seguida, iniciei a pesquisa que, pela ternura esboçada na correspondência – ativas e passivas – intitulei ***No tempo da delicadeza***.

Tratava-se, por parte da minha exclusiva iniciativa, de traduzir as epístolas imperiais. Infelizmente não dispus de tempo suficiente para chegar a contento, tendo em vista que esta atividade foi, minuciosa e caprichosamente, realizada pelo Instituto Cultural Banco Itaú, que, muito bem, com pesquisas nos diversos arquivos da Áustria, Portugal e Brasil, revelou as múltiplas faces desta princesa que ousou, junto ao esposo, Dom Pedro I, fundar um Império nas Américas, nos trópicos, por sobre a vastidão dos 8,5 milhões de quilômetros quadrados do Brasil, quase um continente. Esta iniciativa, entretanto, não pôs fim às minhas determinações de escrever o que penso, e percebi isso ao me debruçar sobre a História - documental e romanceada – da primeira Imperatriz

brasileira. Aqui, a tarefa não é repetir, mas acrescentar em questionamentos e percepções. Assim sendo, elaborei o texto *No tempo da delicadeza*, agora na sua segunda parte.

Dona Maria – acrescentou-se - Leopoldina Josefa Carolina, jovem politicamente preparada ante os ditames monárquicos - chegou ao Brasil num momento difícil à monarquia, quando a população das cidades – a maioria na zona costeira do Oceano Atlântico, cuja largura raramente ultrapassava a faixa dos 100 quilômetros – influenciada pelos ideais Iluministas da Revolução Francesa, isto no século XIX, lutava pela implantação da República e pela independência da metrópole - neste caso, Lisboa. Pretendiam, os cidadãos, mais que isto: banir a dinastia Bragança e o domínio português, completamente, da vastidão do Brasil. Malogradas algumas tentativas, Dom João VI foi sagrado rei de Portugal, em pleno Rio de Janeiro e, aqui, reconheceu os progressos que o país havia angariado com a sua presença, e ainda a vastidão das riquezas nacionais.

Sabia que os brasileiros, com o regresso da Família Real à Europa, não retrocederiam em tudo que haviam conquistado: universidades, bancos, serviços públicos, tais como os judiciários, entre outros. Foi pensando assim que deixou o filho Dom Pedro I – que no Brasil radicara-se desde os nove anos de idade - na qualidade de Príncipe Regente, juntamente com sua consorte, a Princesa Leopoldina, que, na ausência do marido, responderia pelo Governo do Brasil. E isso, para o bem da Nação, acontecerá. Já que equiparou o país à categoria de Reino de Portugal, Algarves e Brasil, Dom João VI lega a Dom Pedro o título e a função de Príncipe Regente. Vale salientar que, como era de costume na Casa dos Bragança, os príncipes recebiam pouca instrução (quase não sabiam ler e escrever), muito menos preparo para as questões políticas, portanto, Dom Pedro era o oposto da Princesa Consorte. Segundo a ensaísta Maria Rita Kehl, desta abastança

de conhecimentos, ele se vingaria depois, apontando Dona Leopoldina como mulher desprezível, substituída publicamente por uma amante, Domitila de Castro Canto e Melo. Eis o primeiro obstáculo a ser enfrentado pela Princesa Leopoldina, que logo veio a pleitear a Lei do Ventre Livre. Por caridade? Contra as atrocidades impetradas contra aos escravos? Por um caminho de modernização do Brasil e sua equiparação ao mundo? A pergunta é de difícil resposta. “Precisa ser lei: o ventre das escravas é livre, os recém nascidos são livres.”<sup>4</sup>

Pouco tempo antes de partir, Dom João VI presenciou os primeiros anos do consórcio de Dom Pedro I com a Arquiduquesa Dona Leopoldina – um ano mais velha que o príncipe. Ela, mulher refinada, que conhecia o manejo das louças, dos talheres e das baixelas de prata, combateu e contrariou os costumes da Casa de Bragança: por exemplo, esta permitia apenas aos homens sentarem-se à mesa durante banquetes com hóspedes e convidados. Ela modificou esses modos. Outra façanha de Dona Leopoldina foi facilitar as imigrações européias em 1818, 1822, 1828, englobando tanto povos alemães, quanto irlandeses. A chegada de Leopoldina ao Brasil não resultou apenas no enlace matrimonial, apesar de estar ela na condição de uma mulher que tinha como obrigação primordial parir herdeiros. Com ela desembarcou imensa missão científica – que a escoltara desde a Europa em dois navios –, pois a Áustria era, então, a capital mundial da ciência e das pesquisas. Dessa forma, legou ao país, que abraçou como seu, imenso refinamento científico, quer nas ciências, quer no modo social de atuação. Então me pergunto: se Dona Leopoldina convivia com tanta gente culta, como seria o seu desenvolvimento num país inculto, áspero aos refinamentos? Tanto o foi duro que, nos seus últimos cinco anos de vida, praticamente isolou-se, pois não havia com quem manter conversa e amizade no seu nível, fato que, em carta, revelou à irmã Maria Luísa,

<sup>4</sup> KAISER, Glória. *Dona Leopoldina – uma Habsburg no trono brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 49.

já acometida pela melancolia. É muito claro que a corte dos Habsburg era rígida na formação política e cultural de seus filhos. Aqui, um primeiro aspecto merece ser revelado: proveniente da corte mais refinada da Europa, a princesa deparou-se com um jovem marido que, aos 18 anos de idade – quando casou-se - tinha escolaridade fraca e não fazia estudos políticos preparatórios condizentes com a sua categoria. Muito embora fosse sensível, acrescente-se que tenha legado composições desconhecidas aos brasileiros, como o Te-déum, a Missa Solene e uma Sinfonia que enviou ao sogro, o Imperador Francisco I. Foi também Dom Pedro I que compôs o primeiro hino nacional, o Hino da Independência.

Este entrelaçar de afeições, porém, iniciou-se oficialmente quando, a 18 de fevereiro de 1817, o Marquês de Marialva, embaixador plenipotenciário de Dom João VI, apresentou, na sala do trono, em Viena, o pedido oficial de casamento da Arquiduquesa Leopoldina para o herdeiro do trono português, o Príncipe Pedro. Por sua vez, o casamento aconteceu, por procuração, na igreja dos Agostinianos, também em Viena, na noite de 13 de maio de 1817. A 1º de junho, o Marquês de Marialva recebia, com enorme pompa, mais de dois mil convidados para a recepção de casamento, realizada no Jardim Augarten. A 4 de novembro de 1817, o navio João VI entrou no porto do Rio de Janeiro, zarpando de Livorno - Itália. O desembarque aconteceu no dia seguinte. No ano seguinte, numa demonstração de afeto e apreço por parte da Casa Real de Bragança, a 22 de janeiro de 1818, festejou-se o aniversário da Princesa Leopoldina com tourada em São Cristóvão e representações da indumentária de todas as possessões portuguesas, além de Portugal: Brasil, Índia, Macau, Algarve, Timor e África. Relata a História o acontecimento de festival tão magnífico.

Manifestações como esta já haviam se realizado. Ao desembarcar num suntuoso pavilhão montado no



Arsenal da Marinha, muralha recoberta com seda luxuosa, acolhida por toda a Família Real, que, no dia 7 de novembro de 1817, realizou-se, na Quinta da Boa Vista – ou paço de São Cristóvão –, recepção ao corpo diplomático e, possivelmente, à missão científica austríaca que acompanhara a Princesa Leopoldina na viagem, primeiro pelo mar Mediterrâneo, depois atravessando o Oceano Atlântico, até o Brasil, quando foram coletadas diversas espécies animais e vegetais; retratados nos variados gêneros da pintura flora e fauna; empalhando-se e capturando-se animais para os museus e zoológicos austríacos, como fruto de incursões ao imenso país selvagem. Livros e diários de viagem, sobre a temática, também foram publicados. Entre os convidados à expedição, o antigo professor de mineralogia de Dona Leopoldina – que era apaixonada por esta ciência – Rochus Schüch, nomeado bibliotecário da Corte. Alguns dos expedicionários levaram até 18 anos para cumprir suas atividades, vasculhando esta terra incógnita à Europa. Este foi o caso do pesquisador Natterer. Por outro lado, por exemplo, Spix e Martius, de 1818 até 1821, percorreram São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Pauí, Maranhão e viajaram, em seguida, até a fronteira do Amazonas com o Peru. O resultado da pesquisa constitui parte fundamental do Museu de História Natural de Munique. Também como fruto, entre outros, a obra em três tomos *Viagem no Brasil* nasceu atendendo à vontade de Maximiliano I, da Baviera.

Vale salientar que Leopoldina manteve sempre contato com os cientistas e suas descobertas, o que a distanciava mais dos brasileiros, em se tratando de termos culturais e de erudição. Aos poucos, excetuando-se as amizades com José Bonifácio de Andrada e Silva e Mary Graham, Dona Leopoldina mergulhava na penumbra, pois a melancolia, quando acomete, é negra. E arrebatava a vida. Assolada pelo isolamento, seu espírito começava a combalir. A tristeza

consumia seus dias. Por sua vez, ainda falando das ciências e do empenho, Dona Leopoldina, incentivou a construção do Jardim Botânico e do Jardim Zoológico do Rio de Janeiro. Neste período, trava intensa amizade, antes do regresso à Europa, com Dom João VI e a Princesa Maria Teresa, quando os seus modos delicados e suaves mais se ressaltavam, em se tratando da Corte bragantina. Dona Leopoldina era, de fato, uma mulher aquinhoada. “Maria Teresa e Leopoldina tornaram-se amigas rapidamente, passando tardes inteiras juntas, entretidas com leituras. Sua cunhada não se cansava de ouvir Schiller, as poesias novas e Rousseau: ‘não foste feito para este mundo, foste virtuoso demais, elevado demais, talvez baixo demais.’ As duas tinham subido as montanhas a cavalo até a cascata da Floresta da Tijuca e Leopoldina não parava de falar e pensar em uma única coisa: será que Pedro viria a se tornar aquele que ela imaginou para si, ‘bondoso e paciente?’ Ela desejava que fosse assim, [...],” romanceou Glória Kaiser<sup>5</sup>. Romanceou, pois o pior estava por acometer de esta princesa austríaca: a traição conjugal com Domitila de Castro Canto e Melo, a quem Dom Pedro tratava por Titila.

<sup>5</sup> *Idem*, p. 47.

### **As Cortes e o Brasil: heráldica em verde e amarelo**

[...]afastar o espírito popular das idéias republicanas.

*Imperatriz Leopoldina*

As Cortes – órgão superior do governo português – publicaram, a 26 de janeiro de 1821, manifesto reclamando o retorno, à metrópole, de Dom João VI. É pertinente assinalar que, no ano anterior, a 23 de dezembro de 1820, o Conde Palmela, advindo de Portugal, trouxe ultimato ao soberano: retornar imediatamente a Portugal. A 22 de abril de 1821, Dom João conferiu, por Decreto Real, e nomeou Dom Pedro I chefe provisório do Reino Unido do Brasil, determinando, na mesma ocasião, que, em caso de

falecimento do seu filho, a princesa Leopoldina responderia em seu lugar, na Corte tropical do Rio de Janeiro, governando, de lá, toda a nação, do Amazonas ao Rio Grande do Sul. No mesmo mês, no dia 24 de abril, as Cortes determinaram que a junta provisória, criada no Brasil, deveria ser subordinada a Portugal e não ao Príncipe Regente, Dom Pedro. Portanto, uma volta ao modelo de ditames coloniais, pelo qual o Brasil retroagiria no tempo, à mercê dos ditames portugueses, sem voz e sem vez. O acontecimento causou agitação política no Rio de Janeiro.

Enquanto os acontecimentos políticos arrolavam, a vida privada de Dona Leopoldina e Dom Pedro I avançava: a 6 de março de 1821 ganharam o primeiro filho, o delfim João Carlos Borromeu. Contabilizando, foram quatro anos de convivência pacífica e amistosa do casal com a corte joaniana, acontecimentos jamais retornáveis, olhares, gestos e conversas que ficaram, definitivamente, pelo menos para Dona Leopoldina, depositados no passado - enquanto a educada Leopoldina Habsburg-Lothringen, proveniente de corte absolutista, culta e refinada, seria obrigada a viver num país onde três quartos da população era de escravos. Pensara ela, a princípio, que somente por dois anos residiria aqui, regressando, em seguida à Europa. Pouco antes de falecer, pede ao pai que faça seu traslado a Viena. Nenhuma resposta obteve, agravando ainda mais seu estado de melancolia; sentindo-se desprezada e sem o amor da família, ou seja, da sua raiz no mundo. Mesmo assim, numa correspondência com o pai, confessa: “[...]caso, por minha situação crítica como esposa e súdita portuguesa, venha a ser obrigada a agir, meu coração continuará fiel aos meus princípios e sentimentos antigos[...].”

Tempos depois, a 13 de agosto de 1822, Dom Pedro I se deslocou até São Paulo, onde pretendia temporizar contenda de caráter separatista. Deixa como Regente a ainda Princesa Leopoldina, embora

o Império do Brasil, já gestado, estivesse por nascer e, mais importante, vingar. No Rio de Janeiro, numa reunião com ministro a 1º de setembro de 1822, juntamente com o corpo ministerial, ficou estabelecida a separação entre o Brasil e Portugal, isto é, a Independência do Brasil, numa carta redigida às Cortes portuguesas por Dona Leopoldina - daí o seu título de **Paladina da Independência**. A iniciativa foi consumada por Dom Pedro I, a 7 de setembro de 1822, em São Paulo, às 16h30, às margens do rio Ipiranga, quando bradou o conhecido grito do Ipiranga: “Independência ou morte.”. Fundava-se, assim, definitivamente, um império tropical nas Américas. No seu livro **Imperatriz Leopoldina do Brasil**<sup>6</sup>, Johanna Prantner informa: “Tanto Schüler quanto Karl Oberacker mencionaram que as cores nacionais do Brasil, o verde-amarelo, tinham sido propostos por D. Leopoldina, conhecedora de heráldica.” O Brasil já não utilizava mais as cores portuguesas como forma de representação.

Após o grito de independência, em São Paulo – Dom Pedro, antes, havia recebido carta da então Princesa Leopoldina dizendo: “Pedro, este é o momento mais importante da sua vida” - sagrado imperador do Brasil, Dom Pedro I reuniu a primeira Assembléia Legislativa genuinamente brasileira, a 3 de maio de 1823, na qual estiveram presentes – já na qualidade de Imperatriz - Dona Leopoldina, em companhia da Princesa Dona Maria da Glória. Conta a História que, após a descoberta de Pedro Álvares Cabral, foi o maior acontecimento do País. Posteriormente, em 1826, quando do conflito armado com o vizinho Uruguai – que se arrastou de 1825 a 1828 - a então Banda Oriental, Dom Pedro deixou Dona Leopoldina, no Paço de São Cristóvão, gravemente enferma. Não retornou a vê-la, pois que faleceu, aos 29 anos, a 11 de dezembro de 1826, às 10h15. Seu sepultamento aconteceu no dia 14, no Convento da Ajuda, com grande pompa, sob guarda

<sup>6</sup> PRATNER, Johanna. *Imperatriz Leopoldina do Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p. 87.

de soldados, funeral ornado de preto e prateado. Ao saber dos acontecimentos, Dom Pedro I teria dito: “eu sinto meu coração despedaçado de sofrimento.” No entanto, do pitoresco do Brasil, guardava bela recordação quando, vestidas de branco, 40 senhoras baianas, em agosto de 1822 - na qualidade de Regente – vieram agradecer-lhe pelo empenho em formar este país como nação reconhecida pelo mundo. Em 1911, seus restos mortais foram, definitivamente, trasladados, juntamente com os do seu consorte, para as margens do rio Ipiranga, em São Paulo. Como legado, Johanna Prantner<sup>7</sup> outorga à primeira Imperatriz do Brasil o seguinte:

<sup>7</sup> *Idem*, p. 90.

- Ficou conservada a integridade do Império gigante do Brasil na época em que seu desmoronamento parecia inevitável;
- Ficou preservado o regime estatal monárquico em atendimento aos interesses da Áustria e ao bem-estar invariável do povo brasileiro;
- O Brasil foi “descoberto” pelo mundo científico e ingressou no âmbito de interesses da economia mundial;
- Afrouxou-se a ordem social petrificada no Brasil e, com isso, na verdade, abriu-se a porta para um processo de civilização moderna.

### **Correspondência: tingindo a vida a carvão e crayon**

“Não sabe como estou desesperada,  
porque a roda da fortuna virou e devemos  
ficar aqui por tempo indeterminado.”

*Imperatriz Leopoldina*

Inglesa, Mary Graham – Graham pelo segundo casamento – nasceu em Papcastle, a 19 de junho de 1785. Filha de Comissário do Almirantado Britânico, recebeu excelente instrução, convivendo com literatos e artistas da sua época, tais como Thomas Campbell,

Rogers e Lawrence. Em companhia do pai, George Dundas, aos 28 anos, empreendeu sua primeira viagem à Índia. Regressou à Inglaterra em 1811, quando se casa com o Capitão da Marinha de Guerra Inglesa, Thomas Grahah. Em 1819, o casal passou longa estada na Itália. Em 1821, a bordo da fragata Doris, comandada pelo marido, incursionam pela América do Sul, chegando ao Rio de Janeiro a 15 de dezembro do mesmo ano. Em abril do ano seguinte, na altura do Cabo Horn, falece o Capitão Graham. Dois anos depois, retorna à Corte tropical, quando se hospeda no morro da Glória.

Nesta segunda estada, no Rio de Janeiro, onde permaneceu até outubro de 1823, por intermédio do inglês Thomas Hardy e da Viscondessa do Rio Seco, oferece seus serviços à Imperatriz Leopoldina, na qualidade de governanta da princesa – a primogênita – dona Maria da Glória e, conseqüentemente, das outras três: Paula Mariana, Januária e Francisca. Neste sentido, Mary Grahah envia, a 13 de outubro de 1823, à Imperatriz, a seguinte missiva: “Ofereço-me a Vossa Majestade Imperial, certa de que uma princesa tão perfeita deve ser a verdadeira diretora dos pontos principais da educação de suas filhas: mas posso prometer ser uma zelosa e fiel assistente.”<sup>8</sup> Ao que foi acolhida pelos Imperadores. Na ocasião, pediu apenas para retornar à Inglaterra, onde juntaria o material necessário: mapas, papéis, globos, tintas, livros, entre outros gêneros, necessários à instrução da futura Maria II, Rainha de Portugal, a predileta entre os seis filhos paridos por Dona Leopoldina – que sofreu, além disso, três abortos. Mary Grahah parte a 23 de outubro de 1823, permanecendo na Europa até 24 de julho de 1824, de onde envia à Imperatriz Leopoldina, uma edição do seu *Jornal de uma Residência na Índia*, livro publicado no seu país natal. A 4 de setembro de 1824 aporta, pela terceira vez, na capital do Império, quando é nomeada governanta das princesas.

Logo que desembarcou, dirigiu-se ao Paço de São

<sup>8</sup> LACOMBE, Américo Jacobina. *Correspondência entre Maria Grahah e ao Imperatriz Leopoldina*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997, p. 32.

Cristóvão, onde encontrou o Imperador Pedro I, vestido bastante à vontade. Acolheu a inglesa carinhosamente – segundo Américo Jacobina Lacombe<sup>9</sup> sendo esta encaminhada à Imperatriz, por uma camarista, quando, por Sua Majestade, foi acolhida na qualidade de amiga: amizade que se traduziria em afeto por longos anos e, por sua intensidade, acusariam-nas de presença homossexual, pensamento alimentado, sobretudo, pela delicadeza contida na correspondência que mantiveram por algum tempo.

<sup>9</sup> *Idem*, p. 16.

Reportando-me ao ano de 1995, li uma matéria no Caderno Mais da Folha de São Paulo na qual o jornalista indagava a um curador de arte sobre as possíveis homossexualidades da Imperatriz Leopoldina e de Zumbi dos Palmares. Na História, inexistente qualquer prova neste sentido. As especulações, ao meu ver, acontecem por duas vertentes: a necessidade de se levantar bandeiras ideológicas e a incompreensão, por parte de uma maioria, em se privilegiar uma amizade em exclusivo. Ora, além de européia, Mary Graham era refinada, de gosto apurado. Estando a Imperatriz Leopoldina isolada nos trópicos, longe das artes e da etiqueta, em geral, esta amizade somente poderia proporcionar-lhe prazer e deleite. Mary Graham enxergou na Imperatriz “[...] uma mulher tão bem educada [...] e sob todos os pontos de vista, uma mulher amável e respeitável.”<sup>10</sup> Foi justamente o isolamento que fez a Imperatriz muito se apegar à governanta, como forma de suprir suas carências e mágoas, imensamente aviltadas pela presença de Domitila de Castro Canto e Melo, a amante do seu marido, que foi nomeada sua Primeira Dama da Câmara e condecorada com o título de Marquesa de Santos. Esta passa a desfrutar do mesmo espaço que Leopoldina, vigiando-a, quer nas noitadas no teatro, quer junto aos seus filhos. Até mesmo na viagem à Bahia, em 1826 - dois meses “eternos e penosos”<sup>11</sup> – a Imperatriz é acompanhada da amante do marido, cuja filha, Isabel, fora reconhecida por Dom Pedro I

<sup>10</sup> BOJADSEN, A. *Op. cit.*, p. 83.

<sup>11</sup> Grifo da Imperatriz Leopoldina em carta a Mary Graham.

e era educada no Paço de São Cristóvão, juntamente com as princesas imperiais. A tristeza a consome no regresso ao Paço Imperial de São Cristóvão. E, isolada, como evadir-se? Pior, permanecia sem qualquer resposta do pai em retirá-la do Rio de Janeiro. Mágoas demasiadas a uma princesa que se empenhou na formação de um império continental, o Brasil.

Quanto a Mary Graham, acomodou-se no Paço, onde passaria “dias melancólicos e atormentados,”<sup>12</sup> recebendo manifestações de hostilidade, nas quais era acusada de estrangeira nos negócios luso-brasileiros. Tais hostilidades eram comandadas pelo barbeiro, mordomo e tesoureiro da Casa Imperial, o semi-analfabeto Plácido Antônio Pereira de Abreu, que teceu intrigas junto ao Imperador com relação à presença da governanta junto à Casa Imperial de Bragança. O barbeiro, mancomunado com as damas do paço e a antiga ama de Dom Pedro I, Maria Genoveva do Rego Barros, ameaçaram deixá-lo e retornar a Lisboa, caso a inglesa ali continuasse a residir. E foram atendidos. O que parece esdrúxulo nesta História é que Mary Graham permaneceu no posto de governanta das princesas por pouco mais de um mês: de 05 de setembro a 10 de outubro de 1824. Logo em seguida, numa correspondência redigida em francês, Sua Majestade a Imperatriz revela: “Minha querida amiga, Recebi vossa amável carta, e crede que fiz enorme sacrifício, separando-me de vós; mas meu destino foi sempre ser obrigada a me afastar das pessoas mais caras ao meu coração e estima. [...] Assegurando-vos toda a minha amizade e estima, sou vossa afeiçoada, Maria Leopoldina.”<sup>13</sup> Graham permaneceu no Rio de Janeiro até 10 de setembro de 1825, quando se retirou, definitivamente, do Brasil, estabelecendo-se em Londres, mantendo correspondência regular com a Imperatriz Leopoldina, até 2 de novembro de 1826, quando recebe a última carta da monarca austríaca.

Ao deixar o Paço de São Cristóvão, hospedou-se em solar, ou melhor, casa de campo, nas Laranjeiras,

<sup>12</sup> LACOMBE, A. *Op. cit.*, p. 16.

<sup>13</sup> *Idem*, p. 37.



cedido pela amiga Maria Eufrásia de Lima, esposa do Conselheiro José Antônio Lisboa, pais dos futuros Barão de Japurá e do Marquês de Tamandaré. Na ocasião, aproveitou o tempo livre para visitar o interior do Brasil, como, por exemplo, a fazenda Macacu, propriedade de uma irmã de dona Maria Eufrásia. Neste período, a correspondência epistolar – único meio disponível na época para manter viva uma amizade, sem prescindir da presença física – apresenta o drama vivido pela Imperatriz Leopoldina, no seu isolamento, quer espiritual, quer intelectual. “Eis que não se passa um momento sem que eu não lamente vivamente ter-me privado de vossa companhia e amável conversação, meu único recreio e consolo verdadeiro nas horas de melancolia, à qual infelizmente tenho demasiados motivos para estar sujeita.” (Carta enviada à amiga a 11 de outubro de 1824, do Paço de São Cristóvão). E assim, sempre da Quinta da Boa Vista, ou seja, do mesmo endereço, a Imperatriz Leopoldina começa, pouco a pouco, a desvendar uma amizade que se fizera terna e carinhosa, certamente profunda, em temas que não ousa tocar nas missivas, haja vista que o correio, para ela, não se tratava de algo confiável. As cartas poderiam ser lidas e interceptadas, como já o haviam sido. Talvez por precaução, a nobre austríaca não tenha enveredado pelo que, com intimidade e na presença da amiga, confidenciava. Tanto assim que a própria Imperatriz revela, na mesma carta, estar sendo espionada, no próprio paço onde reinava, o que lhe provocava aborrecimentos. E ainda confessa: “[...] na Europa, onde nenhuma pessoa no mundo será capaz de me forçar a deixar de vos ver diariamente e dizer, de viva voz, que sou, para toda a vida, vossa amiga afetuosa e dedicada Maria Leopoldina.” Duas mulheres cultas e preñes de doçura. Duas europeias, numa corte tropical que se iniciava, plena das heranças lusitanas, um tanto rudimentares, ignorantes.

Lembrando um tom homossexual, tendo-se em

vista a delicadeza intensa apresentada no conteúdo, no corpus da carta dirigida a Mary Graham, a Imperatriz revela: “Começo por dizer-vos que a vossa última carta me causou bem doce prazer, e que posso também assegurar-vos, quanto à minha amizade, que penso mil vezes em vós, minha dedicada amiga, e nos deliciosos momentos que passei em vossa amável companhia.” O tom imensamente delicado se deve, sobretudo, no meu ponto de vista, à formação extremamente refinada que a princesa Leopoldina recebeu ainda na Áustria. Tanto na correspondência com a irmã Maria Luísa, quanto na correspondência enviada ao pai – da qual nunca obteve resposta – denota-se o mesmo tom de carinho e intensa afetividade, presumindo não apenas a intensa sensibilidade de Dona Leopoldina, mas a aguda delicadeza, acentuada pela ausência e, portanto, pela idealização, das pessoas com as quais comungava amizade intelectual e espiritual. Seus modos suaves não eram um fato isolado com Mary Graham; impassíveis, portanto, de uma suspeita homossexual. Desde a infância, quando escrevia aos parentes, o tom era o mesmo. Daí, ser impropriedade e precipitado acusá-la de homossexualismo, pois que se trata de canalização das afetividades, como ressaltou a psicanalista Maria Rita Kehl. À correspondência da Imperatriz Leopoldina, Mary Graham sempre responde assegurando fiel amizade, que despertou, nas Américas, “bondade e doçura.”<sup>14</sup> A própria Mary Graham narra que, já no primeiro encontro das duas europeias no Brasil, a austríaca havia sido “delicada e afetuosa.” Percebia, entretanto, o quanto a Imperatriz era hostilizada pelos luso-brasileiros do Paço de São Cristóvão, que viam nela uma estrangeira. Daí, certamente, sua simpatia acentuada pela inglesa que, por sua vez, reconhecia no Chalaça o grande comparsa do Imperador Pedro I; comparsa, sobretudo, da Marquesa de Santos: Domitila de Castro Canto e Melo.

No seu diário, ou jornal íntimo, Mary Graham

<sup>14</sup> Grifo de Mary Graham, na carta datada de Londres, 2 de novembro de 1826.

lembra dos agradáveis encontros à sexta e fala numa carta da Imperatriz que nunca recebera, em Londres, na qual esta manifestava o desejo de que permanecesse mais um ano na Inglaterra, antes de regressar ao Brasil. Ela diz que, certamente esta carta tendo lhe sido entregue, possivelmente não teria atravessado o Atlântico uma terceira vez. Não teria, dessa forma, sofrido o revés ocorrido no Paço Imperial de São Cristóvão, acontecimentos, estes, agravados pela expulsão dos irmãos Andradas do país. E os aborrecimentos de Mary Graham surgiram um dia após o seu alojamento no Paço Imperial: estavam banhando a princesa Maria da Glória, inteiramente nua, junto a um corredor com todas as portas abertas, por onde passavam empregados, escravos, a guarda imperial e os demais visitantes. O infortúnio anunciava problemas. Uma menina criada com bravura de gestos, esbofeteando os negrinhos, adestrando escravos e bradando com os adultos. “Eu sou como papai,” teria dito. O infortúnio da governanta das princesas desenrolou-se, claramente, quando esta coibiu a entrada do barbeiro e seus amigos para jogarem cartas no andar onde as princesas dormiam. Havia prometido aos Imperadores a proibição de qualquer manifestação desta natureza na presença das crianças. Ao gesto da Imperatriz, ao relatar o acontecimento, percebeu que a encrença seria medonha.

Graham era, então, prisioneira de Estado, exceto nos momentos com a Imperatriz. Escreveu ao Imperador solicitando demissão do cargo. Prometeu-lhe deixar o Brasil para sempre, no primeiro vapor. Por sua vez, este lhe enviou missiva, tinta ainda fresca, dando permissão para, quando quisesse, partir. Arrumaram as malas juntas, Mary Graham e a Imperatriz. Antes da partida de Mary Graham, um tanto arrependido, o Imperador Pedro I ordenou que lhe fosse concedida, por uma semana, a carruagem da Princesa Dona Maria da Glória. O pior estava por vir, daí conhecermos mais de perto os sofrimentos e

o isolamento de Dona Leopoldina, o que vem a referendar isolamento e tristeza. A Imperatriz procurou Mary Graham e pediu que nada comesse durante a sua última noite no Paço, pois já houvera perdido gente do seu séquito, por envenenamento. Mary Graham escreve uma carta de despedidas à Imperatriz e, uma hora antes de chegar a sua nova residência, recebe resposta. Teve todos os seus bens e móveis apreendidos na alfândega. Dona Leopoldina interferiu pessoalmente, junto à “única amiga”. Daquele tempo em que permaneceram juntas, guardou delicada recordação – sem o sobressalto dos envenenamentos – quando tomavam vinho Madeira e conversavam sobre a querida e adorada Europa. Antes de travar-se esta amizade, de encontrar a Imperatriz Leopoldina pela primeira vez, tomou uma bela quantidade de ópio e desenhou um esboço do Paço de São Cristóvão. “Ela é, sob todos os pontos de vista, uma mulher amável e respeitável,” grafou. Discorreram sobre novelas escocesas e autores ingleses: lembranças que, de tão fortes e genuínas, singraram os meridianos do tempo e ousam, agora, se insurgir num novo contar da História da Imperatriz Leopoldina do Brasil, vulto esfumado na memória nacional, mas de um legado afetivo e intelectual, sem dúvida, muito maior que o meramente comandado pelo jogo político e dos prazeres passáveis. Por toda suavidade, deixou inegável legado e, agora, pela minha defesa sobre parcelas controversas e obscuras do seu transcurso sobre a existência, espero ratificá-lo. Por último: a notícia do seu falecimento chegou à Áustria três meses após o funeral.

### Referências

BOJADSEN, Angel (Org.). *Cartas de uma Imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

GRAHAN, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo

Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1990.

KAISER, Glória. *Dona Leopoldina – uma Habsburg no trono brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LACOMBE, Américo Jacobina. *Correspondência entre Maria Graham e ao Imperatriz Leopoldina*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

LUSTOSA, Isabel. *Dom Pedro I*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MASSA, Ana Cristina. *O enigma da Capela Real*. São Paulo: Biruta, 2004.

PRATNER, Johanna. *Imperatriz Leopoldina do Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SANT'ANNA, Sonia. *Leopoldina e Pedro I – a vida privada na Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

TORERO, José Roberto. *O chalaça*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.